

O PERCURSO DO ÍNDIO GUARANI NO ROMANCE DO RIO GRANDE DO SUL: TRÊS AMOSTRAS

Eloína Prati dos Santos¹

Então, Sepé foi erguido
Pela mão de Deus-Senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal de seu penhor!...
O corpo, ficou na terra...
A alma, subiu em flor...
E, subindo para as nuvens,
Mandou aos povos – bênção!
Que mandava o Deus-Senhor
Por meio do seu clarão...
E o - lunar - da sua testa
Tomou no céu posição...
Simões Lopes Neto

O filósofo e historiador social Márcio Santilli entende que nosso desconhecimento sobre as culturas indígenas representa não só o desconhecimento sobre o patrimônio cultural do país, mas também do que dele já se perdeu. Por representarem apenas em torno de 0,4% (519 mil) de uma população de estimados 192 milhões de outros brasileiros, espalhados por todo o território nacional, com apenas 10% de índios urbanos, fica mais fácil desconsiderá-los. O processo civilizatório previa a extinção dos índios ou a superação da condição indígena pela aculturação, conceitos que ainda permanecem entre nós e, segundo Santilli, afetam "a própria auto-estima da cultura nacional" (p. 21), embora nenhum dos dois tenha se realizado.

Por outro lado, Santilli reconhece que "a falta de horizontes utópicos da nossa avançada sociedade, com a decadência das ideologias e das religiões, com a crise de identidade que avassala as pessoas do mundo moderno", pode ter a ver com a identificação dos índios "com algum valor perdido no passado". "Os índios, as florestas e os direitos humanos, que em alguma medida existem, encarnam utopias modernas com uma dose maior de realismo" (p. 47).

A busca pelo antepassado indígena, como demonstram alguns dos melhores ficcionistas brasileiros da atualidade, é a busca por este aspecto reprimido da brasilidade. Hoje em dia sabedores que somos da impossibilidade de abarcar com uma única definição nossa vasta e diversa nação, nos embrenhamos em uma busca ficcional, a partir de um ponto geográfico ou histórico e iluminamos a aventura arqueológica com nossa experiência pessoal, nossa escolha de textos e de mapas, do Prata ao Xingu.

O fato de que o tema continua a render obras de ficção inovadoras está relacionado ao aprofundamento do re-exame das raízes da cultura contemporânea, estimulada pelos debates teóricos pós-modernos e pós-coloniais e ao desafio que essa outra cultura marginalizada propõe ao

¹ Professora Visitante no Mestrado de História da Literatura do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande.

nosso conhecimento de nós mesmos. Não é um mero exercício arqueológico; é também um exercício discursivo e ideológico de busca de identidade, pessoal e nacional. O diferencial em relação ao romantismo e ao modernismo é ser o oposto da tentativa de síntese da cultura nacional, e favorecer o híbrido, as demarcações criativas e uma arquitetura do novo e do emergente, o início da articulação das raízes silenciadas.

O romance indianista brasileiro hoje conta com história própria, do romantismo ao pós-colonialismo, de José de Alencar e Basílio da Gama, Darcy Ribeiro e Antonio Callado, até Antonio Torres e Murilo Carvalho, para citar uns poucos. O exame crítico da evolução deste corpus se faz mais relevante ainda no momento em que várias vozes indígenas, como as de Daniel Munduruku em *Todas as coisas são pequenas* (2007) se tornam mais maduras, em um sentido formal, e sua auto-representação pode competir com as versões dos autores não-indígenas na representação da história, dos mitos, da cultura ameríndio-brasileira e das relações inter-raciais no Brasil através dos séculos.

Esta pesquisa é bastante ampla e este artigo traz apenas uma visão parcial sobre a temática no Rio Grande do Sul, onde a figura emblemática do guarani Sepé Tiaraju, transformado pelos relatos históricos no herói das guerras missionárias, norteia narrativas românticas, romances históricos e reaparece em narrativas mais recentes.

As três obras que examino são *Tiaraju* (1945), de Manoelito de Ornellas, *Sepé Tiaraju. Romance dos Sete Povos das Missões* (1975), de Alcy Cheuiche, e *Breviário das terras do Brasil* (1997), de Luiz Antonio de Assis Brasil. O objetivo é salientar as diferenças de representação do índio através do tempo e dos estilos literários das obras, acompanhando a transformação do herói romântico em um ser humanizado, dono de voz crítica sobre a cultura do país que o excluí e as origens coloniais desta exclusão.

Tiaraju, de Manoelito de Ornellas, foi publicado em 1945 e louvado na época como “um poema em prosa [...] como convinha para a glorificação do herói que simboliza o amor à terra do pampa” (p.131) por Sousa Filho, que ainda destaca “a correspondência com o simbolismo poético da linguagem guarani” (p.131). E acrescenta que “o patriotismo heróico de Tiaraju, canonizado pela ‘imaginação popular’, entrou para a Lenda e para a História, como imperecível símbolo da raça. Seu heroísmo precisava ser ‘proclamado e glorificado no espírito das novas gerações’ (p. 132), palavras de Ornellas que Sousa cita.

Adonias Filho admira o material histórico transformado em construção literária. “Transformou-se a crônica e o que podia ter sido relato jornalístico reapareceu, conservando o depoimento, mas condicionado a uma tradução mais livre, de liberdade no estilo e sugestão romanesca”. “Uma figura – Sepé Tiaraju – antes histórica e legendária torna-se agora literária”. Ele ainda compara Ornellas a Alencar: com “menor força de imaginação”, “mas maior exploração dos conhecimentos históricos” (p.133). O crítico percebe no romance a intenção do autor, que ele descreve como “Um sintoma de nacionalismo, particularmente claro no caso do índio como heróis popular, de interesse pela vida brasileira nos primeiros momentos de sua existência” (p.134).

Lêdo Ivo diz que o autor “percebeu imediatamente que teria de agir como poeta para nos oferecer a visão verdadeira das coisas que o tempo arrastara em seu grande rio noturno de esquecimento e de dispersão”. “Toda a história [...] é um poema épico em louvor de Sepé Tiaraju, o primeiro caudilho dos pampas, aquele cujo nome quer dizer claridade do sol dourado” (p.135). Segundo Ivo, “...antes de ser escrito *Tiaraju*, esse tema não existia. Episódio histórico que se

perdera para sempre, devorado pelo tempo, ele pertencia à morte ou talvez a historiadores que o tornassem mais morto ainda, porque mais enfadonho”(p. 136). Ivo descreve Ornellas como “redescobridor dos pampas, entranhado de um amor nativo quase físico”, e o romance como possuidor “da beleza escura de um conto da Idade Média e a paixão desconcertante de uma saga nórdica” (p.136).

Percebe-se que o romanesco no Tiaraju de Ornellas contagia seus críticos que não só destacam essa qualidade da obra como a descrevem de forma enfaticamente poética.

O romance de Ornellas é, de fato, romântico a despeito da data de publicação o aproximar da metade do século XX. Ele nos oferece descrições poéticas da natureza e coloca ênfase no romance entre o herói e Jussara, o que lhe rende comparações a Alencar. Embora os dois protagonistas sejam guaranis, são índios cristianizados e sua união é aprovada e estimulada pelos jesuítas.

Por outro lado, a narrativa histórica contém epígrafes e notas de rodapé que remetem o leitor a relatos portugueses, religiosos de várias nacionalidades e ingleses da época dos conflitos na região missionária, que o situa formalmente entre a obra romântica e o romance histórico. A retórica romântica promove a mitificação do guerreiro guarani, enquanto a bibliografia histórica e de época resgata a história que deu origem à glorificação do índio missionário.

Na introdução Ornellas afirma as duas vertentes de sua obra: a histórica e a romântica:

A verdade foi respeitada nestas páginas. Apenas o romance a imaginação preencheu. Os índios falam aqui uma linguagem convencional, que se aproxima da poesia e do simbolismo encantadores do guarani. Eles eram assim. Seus próprios nomes eram versos puros: Jussara, a palmeira coberta de espinhos, Aracê a mulher que nascera para os segredos do amor, Tuparandi, aluz oura e macia que vinha dos olhos de Deus... (p. 10)

A introdução, intitulada “Pórtico”, descreve as “rendições” dos Sete Povos das Missões com “suas ruas amplas, praças, templos majestosos, jardins com flores e frutos europeus”, rebanhos, vinhas, plantações de algodão, trigo e fumo, habitadas pela nação guarani, “arrancados à barbárie, catequizados, e os obreiros dessa fixação aborígene nômade à terra virgem, os padres missionários da Companhia de Jesus, artífices, construtores, pintores, músicos” (p.7), espanhóis, italianos, holandeses, austríacos, que levantavam belas igrejas de pedra, como a de São Miguel, cuja torre principal ainda resiste, de pé, como um documento vivo da época. São Miguel era o centro do empreendimento e produzia rendas, tapetes, sinos, relógios, alaúdes e imprimia livros sagrados. Ali também se fundia ferro e se produzia foices, lanças e machados, mas também se ensinava os índios a cantar e a tocar pífanos, flautas, clavicórdios.

O romance é focado na figura de Tiaraju, que é introduzido na página 31 (de 126), e concentra-se nas guerras decorrentes do Tratado de Madri -- assinado em 13 de janeiro de 1750 -- que estabelecia trocas de territórios para corrigir o impreciso Tratado de Tordesilhas. Através dele a Espanha recobrava a Colônia do Sacramento, hoje território uruguaio, enquanto Portugal recebia toda a faixa de terras aquém do rio Uruguai, constituída pelas rendições missioneiras. Os nativos deviam deixar os aldeamentos levando apenas pertences pessoais e deixando todas as construções e lavouras, enquanto os jesuítas deveriam retornar à Europa ou deslocar-se para outras missões ao redor do mundo. Como os guaranis se negaram a cumprir o acordo, tanto a Espanha quanto Portugal enviaram exércitos às Missões Orientais. Encabeçou a reação indígena José Tiaraju, conhecido como Sepé (o capim brilhante, referência ao brilho de uma cicatriz em forma de meia lua na testa).

Seu grito de guerra foi “Essa terra tem dono, nós a recebemos de Deus e São Miguel e só Eles podem nos deserdar” (p. 60).

No livro da Ornellas encontramos SãoMiguel em sua plenitude, a cruz de ouro da igreja erguida por Giovanni Batista Primoli, o construtor da Catedral de Córdoba, do Cabildo de Buenos Aires, e da Igreja de São Francisco do Prata; as ruas tomadas de guaranis de todas as reduções vizinhas para a festa do santo padroeiro, centenas de vozes entoando cânticos em língua nativa (p. 20-21).

Sepé Tiaraju, “de porte varonil, fronte alta e bronzeada, vestido de calções de ouro e blusa azul, com cinto e talim negros, arma rutilando ao sol e um vistoso escudo de fundo branco com uma grande cruz dourada”, conduz vinte combatentes em disputas e duelos festivos. A argola de ouro que arrebatava com sua lança é entregue a Jussara. “Uma índia jovem de olhos oblíquos e pele queimada, esquiva e faceira como a siriema ... ; seu corpo é flexível como os sarandis verdes que crescem nas orlas do grande rio (p. 37).

O diálogo entre o dois guaranis, na terceira pessoa, evocam Alecar.

“Sepé [...] traz sempre nos olhos a imagem da formosa filha de Tujá.”

“Jussara não vive e não dorme sem teu pensamento. O belo chefe dos guaranis povoa os sonhos de Jussara” (p. 37).

A narrativa é centrada nos preparativos e na batalha dos guaranis contra os dois exércitos, português e espanhol, que querem fazer cumprir pela força o Tratado de Madri e na figura heróica e mítica do índio “nu, no lombo de um cavalo tão rápido como o pensamento, corre, coxilha acima, canhada abaixo, um índio moço e vigoroso, subindo as estradas de Botucaraí. Em cada sítio conhecido, deixa o rastilho da novidade, a fogueira do alarma, o brado de guerra próxima” (p. 65).

Dois mil guaranis entoam seus hinos de guerra. E parece que sobre aquela gente não passou um século de civilização cristã que volta “à expansão plena de sua ancestralidade, batendo com os pés sobre o chão, rodopiando na dança primitiva e bárbara, ao som de velhos tambores guaranis” (p. 83). Morto por um dragão português, na batalha de Caiboaté, em 7 de fevereiro de 1756, Tiaraju é resgatado pelos guaranis que lhe dão enterro à beira do rio Vacacaí (que veio a se chamar São Sepé) ao som do cantochão missioneiro, mesmo sem a presença de um sacerdote.. “Prece e gemido. Oração e angústia. Exaltação e saudade. No monte de terra revolvida e fofa, macia como uma sementeira, fica uma nesga de lua, único ornamento da pompa simples que assinala a glorificação do herói nativo” (p. 106). Canonizado pela imaginação popular, o guarani passa a ser visto cavalgando e tomando parte nas batalhas que se seguiram.

Três dias após sua morte, enquanto Languiru, chefe das tabas do Uruguai, conduz um ataque contra as tropas ibéricas, há relatos de que “Tiaraju passou á frente de seus homens, montado em um cavalo de fogo, com um lunar sobre a testa, que dava á sua fisionomia de bronze o resplendor das divindades” (p. 111).

Várias vezes o texto repete que “Sepé morreu como um herói e um santo” (p. 116). As reduções ardem em chamas, tudo é destruído antes do êxodo, descrito por Ornellas como “uma farândula de miséria, dor e desânimo [que] segue para a incerteza de um novo caminho – são velhos, homens feridos, mulheres, crianças, sacerdotes, carregando nos ombros as sobras miseráveis de uma fartura e os rebotalhos de uma civilização” (p. 125).

Apoiado em uma bibliografia de 27 livros sobre o assunto que reúne ao final, Manoelito de Ornellas descreve seu personagem como um ícone regional.

Sepé não é uma criação da fantasia. É um herói de carne e osso. Hoje um símbolo tão alto como aqueles que Zorilla e Alencar criaram na lenda. É o primeiro grito de amor à terra do rio grande. Uma figura que pede um monumento. O nome racial que deve ser proclamado e glorificado no espírito das novas gerações (p. 10).

O romance de Alcy Cheuiche, de 1975, é descrito como “gênero algo documental, na linha da literatura de fundo social e histórico, romanesca neoverista”, por Maria Arias Perez, que assina a orelha da edição de 1978. Cheuiche também apresenta um “Prefácio histórico” escrito pelo suíço Clóvis Lugon, autor da *República comunista cristã dos guaranis*, onde se encontra um comentário significativo sobre o que representou o episódio das guerras missionárias:

Através de muitos episódios, o trágico epílogo se fecha e vai conduzir, em poucas dezenas de anos, à destruição sistemática do povo cristão e indígena mais inocente, mais pacífico e mais próspero. Condenado unicamente a morrer como povo livre porque sua existência em si, inofensiva e feliz, representava a condenação viva e irrefutável de todo o sistema colonial (p. 11).

A primeira parte do romance conta a história do padre Miguel, jesuíta holandês que, idoso, recorda sua vida e como acaba criando Sepé quando este fica órfão aos sete anos de idade, emprestando aos fatos históricos um arcabouço ficcional moderno que só se fecha no terceiro livro, a poucas páginas do final. O segundo livro focaliza as missões orientais, a infância, adolescência e juventude de Sepé, que aos 25 anos já se destaca como líder político e guerreiro. Este livro relata a construção das reduções, o sistema eleitoral democrático. Somente no 3º. livro surge a questão do Tratado de Madri e suas conseqüências para os guaranis.

O que se destaca no livro de Cheuiche, que traça uma história bem mais ampla a circundar o conflito nas missões, são os comentários sobre as políticas por trás dos conflitos, tanto entre os reinos de Portugal e Espanha quanto entre a Companhia de Jesus e os Maçons Franceses, que trazem à tona as raízes européias dos conflitos gerados pelo processo de colonização e suas repercussões locais. A famosa exclamação “Essa terra tem dono”, proferida por Sepé só parece na página 153 (de 179) e Juçara (com ç, diferente da versão de Manoelito, com dois esses) surge na página 156. No segundo livro é contada a história de como Sepé perde a esposa e filha em um surto de escarlatina, cena que humaniza o índio e por isso é dado pouco explorado pelos românticos que preferem o amor juvenil e sem esperança de Juçara. Cheuiche, no entanto, narra em detalhes o casamento de Sepé e Jussara (p. 168) antes da batalha pela defesa das reduções.

É mais “um romance dos Sete Povos das Missões”, como seu subtítulo, do que a história de Sepé Tiaraju, que ocupa apenas o terço final de uma história menos romanceada do que fiel aos registros históricos dos acontecimentos.

Breviário das terras do Brasil (1997), de Luiz Antonio de Assis Brasil foi originalmente publicado como folheto no extinto Diário do Sul, em 1988, e portanto não é uma obra pós-moderna em sua concepção, mas seu personagem central é pós-moderno, como outros na narrativa. O mestre da ficção histórica sul-rio-grandense reabre para o leitor a história da violenta passagem do Santo Ofício pelas terras brasileiras, no início do século XVIII. Mas o faz a partir das missões jesuíticas instaladas no sul do país e do ponto de vista de um índio Guarani, Francisco Abiarú, ou seja, a partir do seu local de origem lança seu personagem central para a realidade colonial

brasileira. Justamente por ser um personagem despido do heroísmo de Tiaraju e ter sido educado por jesuítas espanhóis no sul do continente, este guarani pode ser o irônico e irreverente narrador da realidade colonial no centro do poder nacional.

Abiarú, personagem menor na narrativa de Cheuiche, onde também é descrito o naufrágio que abre o livro de Assis Brasil, ligam de forma especial esses dois romances sobre a saga guarani no sul do Brasil, embora também constem de relatos históricos que podem ter sido fonte para os dois escritores.

No sul, longe do centro de poder, o índio vai se aculturando e descobre uma grande habilidade de escultor. Seus santos, no entanto, possuem os olhos amendoados e as características físicas da sua raça. Tentando atravessar o Rio de la Prata para vender esculturas em Buenos Aires, ele e o padre que lhe ensinou o ofício são colhidos por violenta tempestade e sua piroga naufraga e o índio só se salva por permanecer flutuando agarrado a um dos seus cristos. Recolhido por um navio português é considerado um herege por sua produção artística diferenciada e levado aos calabouços da Inquisição no Rio e Janeiro. Os paradoxos se instalam: o mesmo Cristo que o salva das águas condena Abiarú, enquanto a missão “civilizadora”, ou “evangelizadora” empreendida pelos portugueses durante o período colonial é um exemplo de violência selvagem e arbitrária.

A primeira parte do romance detalha a situação das tribos indígenas no sul do Brasil colonial onde as que não eram dizimadas tentavam escapar da crueldade dos portugueses aceitando a bem mais branda catequese dos jesuítas espanhóis. Mesmo depois da assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1534, a bacia do Prata e o que hoje é o Rio Grande do Sul, continuaram sendo alvo de disputas entre dois impérios, linha imaginária que era, um mero traço sobre um mapa.

Abiarú, ensinado a esculpir santos barrocos, apropria-se inteiramente desta arte e passa a inserir características da sua raça nos seus trabalhos, provocando ao mesmo tempo a inveja de Mestre Domingos respeitado escultor no Rio de Janeiro e a ira do Santo Ofício:

Anjos de torsos largos, pernas curtas e pés esborrachados de índio, Santa Isabel feita à imagem de sua velha mãe da Redução, os cabelos escorridos até cintura e dentes estragados, São João Batista coberto com pele de onça (p. 180).

Para Abiarú, seus cristos não são cópias mal-feitas, como lhe garante o Vigário Geral da Diocese da cidade do Rio e Janeiro: "Pois assim como na Europa fazem cristo com cara de judeu, eu também imaginei outra pra ele" (p. 91), diz o nativo que não cai no conto do vigário. Nossos “canibais” sabiam muito bem como devorar o “inimigo” em proveito próprio: como artista Abiarú retrata a si mesmo, reproduz a sua realidade, expressa a visão local, constrói uma identidade alternativa, originada nas margens da cultura hegemônica, ao mesmo tempo em que re-esculpe totalmente o conceito de hegemonia ao provar que com técnica e conhecimento, os “selvagens” passam a produzir arte. Com ganância e autoritarismo, o civilizado produz a barbárie.

A brutalidade da prisão-hospício no Rio de Janeiro é o passado da realidade prisional do Brasil do século XXI. O índio sofre, segundo José Onofre, "o desprezo por sua raça, indiferença por sua arte, a inveja do escultor oficial e o dogmatismo dos padres, que vêm no seu Cristo de olhos amendoados a presença da heresia" (p. 7).

O que Assis Brasil faz, segundo Onofre, é uma arqueologia do Brasil atual:

Essa serpente do paraíso brasileiro é a combinação de pragmatismo e conformismo, na corrupção e no rancor diante do povo miúdo, na subserviência aos graúdos e na brutalidade com os marginais, tudo encimado pela insensibilidade a qualquer manifestação do espírito que não tenha um valor material. O Brasil imaginado está longe do país real, que ainda está precisando entender o que o retém, o paralisa e o impede de seguir se rumo (p. 7).

Assis Brasil, como um Callado menos pessimista, condena o transplante da visão cristã européia da época e de sua desastrosa aplicação aos desfavorecidos locais. O Santo Ofício condena ao mesmo castigo todos os tipos de transgressores ao modelo católico português: feiticeiros e adivinhos, prostitutas, ladrões, blasfemadores, sodomitas, inventores, padres amancebados, judeus não conversos, muçulmanos que oram a Maomé, negros que não abandonam seus deuses africanos, hereges de Calvino ou Lutero. Porém, deste lado do oceano as transgressões tornam-se possíveis e o autor oferece uma amostra da capacidade de subversão, e até de superação, dessas imposições religiosas, culturais e artísticas através da união e de expedientes criativos. O antepassado da asa delta construída por um louco conhecido como o “holandês voador” por sua obsessão calvinista com engenhocas voadoras, o transporta, com Abiarú, em uma fuga espetacular voando por sobre uma baía da Guanabara refulgente, justo no dia dos castigos públicos. A fuga pode ser uma nova utopia, uma utopia que não joga europeus contra índios, cristãos contra pagãos, que é uma saída construída pela união de esforços e pela solidariedade dos marginalizados pelos conquistadores: os índios, os africanos, os pobres, os loucos, que contribuem com os retalhos de tecido que tornam possível a engenhoca e que, sobretudo, acreditam na redenção, mesmo que ela chegue apenas para dois dos personagens. E o líder da mobilização é o índio Abiarú que para conseguir sobreviver reúne vários pedaços de tecidos discursivos, na vida, como na sua arte, usando-os conforme o interlocutor e aprendendo a se valer de conhecimentos alheios, como a tecnologia do holandês. Desse *patchwork* fabuloso emergimos como seres capazes de buscar a liberdade, de transcender os limites de uma herança cultural imposta, alcançando sucesso parcial e limitado, o que afasta da obra qualquer visão romântica ou moderna sobre a cultura brasileira.

Mesmo nessa pequena fração do romance indianista que cobre apenas algumas décadas, é possível perceber a mudança na representação do índio, que vai do herói romântico em Ornellas, líder guerreiro de destaque na história missioneira em Cheuíche a um tipo irreverente, consciente de sua subalternidade, genuíno e audaz frente a seus opressores e, sobretudo, um agregador e defensor desse povo sofrido e despido de seus direitos. Abiarú é um índio aculturado que recita orações cristãs em suas três línguas – guarani, espanhol e latim – exímio escultor e observador da cultura do Rio de Janeiro colonial.

As razões do renovado interesse de escritores e acadêmicos no indianismo nos remete, mais uma vez às palavras de Márcio Santilli.

É lícito supor, portanto, que a revalorização da questão indígena é fator de avanço e tem a ver com uma postura autocrítica frente à nossa própria sociedade, que não parece tão avançada para um monte de insatisfeitos que anseiam também por novos ou velhos horizontes utópicos. A sociedade contemporânea recria os índios como um novo valor, que precisa da existência de índios reais, sobreviventes da colonização, como testemunhas vivas dele próprio (p.47-48).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS FILHO. Tiaraju. In ORNELLAS. *Tiaraju* (O santo e heróis das tabas). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960, p.133-34.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. *Breviário das terras do Brasil*. Uma aventura nos tempos da Inquisição. Porto Alegre: L&PM, 1997.

CHEUICHE, Alcy. *Sepé Tiaraju*. Romance dos Sete Povos das Missões. Porto Alegre: Sulina, 1978.

IVO, Ledo. História e poesia. In ORNELLAS. *Tiaraju* (O santo e heróis das tabas). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960, p. 135-36.

LOPES NETO, João Simões. O lunar de Sepé. In Pedro Haase Filho. *Lendas gaúchas*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, 64-67.

ONOFRE. José. "Ovo da serpente tropical". Rio de Janeiro: *Gazeta Mercantil*, 5/7/1998. www.laab.com.br/res-brev-b.htm.

ORNELLAS, Manoelito. *Tiaraju* (O santo e heróis das tabas). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960.

SANTILLY, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Sena, 2000.

SOUSA FILHO. Sepé Tiaraju. In ORNELLAS. *Tiaraju* (O santo e heróis das tabas). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960, p.131-32.